



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 30 DE ABRIL DE 2013 ATA Nº 02/2013

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal do concelho de Lagoa - Açores, na sede da Junta de Freguesia do Cabouco, sob a Presidência de Susana Goulart Costa, da Primeira Secretária da Mesa Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro, em substituição do membro Olga Maria Rodrigues Borges Soares, e da Segunda Secretária Anabela da Silva Calisto. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Leonel da Rosa da Silveira; Gilberto Gouveia Branquinho; Natália de Medeiros; Cláudia Maria Medeiros Galego; Jorge Alberto Barbosa Almeida; André Carvalho Almeida; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Rodolfo Martins Marques da Silva; Rosa Maria Cabral Borges; Norberto Carlos Cordeiro Ponte; Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa; Paulo Jorge Cimbron Varão; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria e Albertina Maria Costa Oliveira.

Não compareceram à sessão os membros Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges e Pedro Miguel da Silva Monteiro, que justificaram as ausências.

Em representação do Executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara Municipal, João António Ferreira Ponte, que se fez acompanhar pelos Vereadores Fernando Jorge Ventura Moniz, Rui Manuel Maciel Costa D'Oliveira Ramos, Durval Carlos Almeida Faria, Marco Paulo da Silva Teixeira, José Fernando Medeiros Costa e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

A Presidente da Assembleia propôs que, tendo sido enviada cópia da ata a todos os deputados municipais, fosse dispensada a leitura da mesma, o que foi aceite por unanimidade. Assim, de imediato foi votada a ata da primeira sessão ordinária, respeitante ao dia 7 de fevereiro de 2013, sendo aprovada por unanimidade.

De seguida, a Presidente da Assembleia apresentou a correspondência recebida no período de 8 de fevereiro a 30 de abril de 2013.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal abriu este período, agradecendo à Junta de Freguesia do Cabouco, na pessoa da sua Presidente, o facto da mesma ter aceite o convite para realizar esta sessão da Assembleia Municipal no espaço concelhio daquela freguesia.

Seguidamente, usou da palavra o Deputado Municipal Roberto Oliveira, que saudou a freguesia do Cabouco, na pessoa da sua Presidente, pelo facto desta sessão se ter realizado na sede da Junta de freguesia. Gostaria de deixar registado que, em sua opinião, o Cabouco foi a freguesia do concelho da Lagoa que mais evoluiu nos últimos anos, felicitando esse facto.

Também gostaria de deixar registado que esta sessão da Assembleia Municipal é a última em que o senhor Durval Carlos Simas Faria participa na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, pelo que não queria deixar passar esse momento sem proceder a esse registo. Conhece o senhor Durval Faria há muitos anos, um homem que sempre defendeu a sua família, bem como o Partido Socialista e a maior homenagem que se pode fazer ao senhor Durval Faria, das muitas que lhe ocorrem, deve-se ao facto do mesmo ser um dos guardiões do Partido Socialista na Lagoa, pois já era socialista quando muita gente se envergonhava de o ser. Sempre defendeu o seu partido e foi sempre um homem ao lado dos seus ideais, como vereador, durante muitos anos e por vezes quase só.

Referiu ainda que, há cerca de trinta anos atrás, foi o primeiro Presidente do Santiago Futebol Clube e o Senhor Durval Faria colaborou com o Clube, na qualidade de treinador. Durante algum tempo trabalharam juntos, tendo entretanto surgido um outro treinador com mais requisitos Na qualidade de presidente do Santiago Futebol Clube, teve por missão despedir o Senhor Durval Faria, do que se arrepende e, decorridos todos estes anos, agora pede publicamente desculpas ao Senhor Durval Faria e dizer que não tem qualquer orgulho de o ter despedido.

De seguida, questionou o Senhor Presidente da Câmara porque razão é que este ano não foi comemorado o 491.º aniversário da elevação da Lagoa a Vila.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por agradecer, em nome da Câmara Municipal a disponibilidade da Junta de Freguesia do Cabouco em acolher a realização desta sessão no seu espaço concelhio, bem como, felicitar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pela descentralização das sessões desta Assembleia Municipal, considerando ser uma atitude importante, pese embora os cidadãos não tenham aderido muito à participação nas referidas sessões, mas o importante é cumprir com os nossos deveres enquanto eleitos.

De seguida e de forma sintética, destacou algumas iniciativas que a Câmara Municipal está a desenvolver na freguesia do Cabouco, na certeza de que estas contribuirão para o seu

desenvolvimento, pois nos últimos vinte anos, a freguesia registou um crescimento imparável, conforme consta dos últimos dois censos:

- Edifício destinado ao agrupamento de escuteiros do Cabouco, que será inaugurado no próximo mês de junho;
- Núcleo Museológico, que será concluído em setembro e que vai permitir acolher o espólio museológico que a Junta de Freguesia tem guardado na cave do seu edifício, sem as devidas condições, sendo que a freguesia merece um espaço condigno para esse efeito;
- Remodelação do Polidesportivo, com a colocação de um piso sintético, que deverá ficar concluído no mês de julho, permitindo melhores condições para a prática de futsal e que, por outro lado, descongestionará o Polidesportivo da Pousada da Juventude, que como é do conhecimento público tem tido muita procura.
- Também gostaria de deixar uma opinião muito positiva quanto ao projeto do Centro de Produção Agrícola da Casa do Povo, que é já uma referência a nível regional e que é apoiado pela Câmara Municipal;

Acrescentou ainda que em Setembro a freguesia do Cabouco comemora trinta e três anos de existência, salientando que a mesma tem crescido muito, sobretudo devido à fixação de inúmeras famílias. Nas suas acessibilidades, a Estrada de Portugal e das Comunidades assume-se como o eixo principal à cidade. A atividade económica também tem progredido, através do crescimento do seu parque industrial, apesar das dificuldades em que muitas empresas se encontram de momento. Tem esperança que a situação melhore e que num futuro próximo seja retomada a dinâmica que aquela zona industrial possuía.

Está certo que a freguesia do Cabouco tem muitos desafios a enfrentar, muitos deles resultantes de problemas como a toxicodependência e o vandalismo, que são os mais visíveis, para além do problema do desemprego, que é generalizado aos Açores.

Gostaria de deixar uma palavra de confiança ao atual executivo para que seja capaz de continuar no futuro com o bom e reconhecido trabalho a favor da freguesia e da sua população. Relativamente à questão colocada pelo Deputado Municipal Roberto Oliveira, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, a partir do momento que uma vila é elevada a cidade, o que se comemora é a elevação a cidade, porque a categoria de vila deixa de existir.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira referiu que, mesmo assim, trata-se da comemoração do Feriado Municipal e este ano as poucas iniciativas que viu foram apenas referentes ao 1.º aniversário de elevação a cidade. Em sua opinião, atualmente está a dar-se pouca importância ao Feriado Municipal e inclusivamente alguns calendários nem fazem referência a essa data. Contudo tem consciência que a Câmara Municipal não tem qualquer responsabilidade nessa matéria.

Entende que essa pouca importância que o Feriado Municipal está a adquirir é uma falta de respeito pelo concelho. Aposta que na freguesia da Ribeira Chã e no lugar dos Remédios, o dia 11 de abril foi exatamente igual a qualquer outro e anteriormente tal não sucedia, pois havia uma tentativa de tornar aquela data diferente.

Referiu que, se por acaso no próximo ano pertencer a esta Assembleia Municipal, solicitará que este órgão tome alguma decisão a esse respeito, pois a comemoração do Feriado Municipal foi aprovada por este órgão.

Aproveitou a oportunidade para recordar que quando surgiram as comemorações do Feriado Municipal, por iniciativa do Deputado Municipal Leonel Rosa da Silveira, na altura Presidente da Câmara Municipal, foi instituída uma alvorada e as filarmónicas entoavam os hinos junto ao edifício dos Paços do Concelho. Este ano nada disso sucedeu, deu-se pouca importância ao Feriado Municipal e se acham que não é conveniente então a situação deverá ser revista. Tem conhecimento de que existem inclusivamente empresas do concelho a optar por trabalhar nesse dia, para usufruírem do Feriado Municipal da cidade de Ponta Delgada.

Em sua opinião é um dia que merecia mais respeito e atenção, nomeadamente pela Câmara Municipal e pelo seu Presidente, porque é um dia concebido para ser o dia da Lagoa e de todos os lagoenses. Reconhece que é importante comemorar o 1.º aniversário da elevação de vila a cidade, mas no entanto este deveria ter sido mais abrangente.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal interveio, referindo que, de facto, poderia ter havido outras manifestações, mas a cerimónia solene que teve lugar no dia 11 de abril no Convento dos Franciscanos dignificou a data, para além de ter sido um ato de cultura democrática, dado que foram convidados e homenageados os dois anteriores Presidentes do Governo Regional, de diferentes alas partidárias e com personalidades distintas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, se o Deputado Municipal Roberto Oliveira residisse na Lagoa, teria recebido, à semelhança de todos os lagoenses, o programa comemorativo do Feriado Municipal. Relembrou que do mesmo programa não consta apenas uma iniciativa, mas sim um conjunto de atividades que terminarão no dia 19 de maio, com uma inauguração na freguesia da Ribeira Chã. Este ano procedeu-se a uma comemoração idêntica às que têm acontecido nos últimos anos, uma vez que, já há pelo menos oito anos, deixou de haver o hastear das bandeiras, a alvorada e a atuação das filarmónicas. Estas iniciativas foram abolidas porque faziam parte de uma época, em que as pessoas tinham um sentimento diferente quanto a estas questões. Para além desse facto, conseguir uma filarmónica para tocar os hinos às 7h00 era tarefa difícil, dado que era praticamente em cima do horário de trabalho. Desde a altura do Senhor Leonel da Silveira, atual Deputado Municipal, que instituiu as celebrações do Feriado Municipal já decorreram muitos anos. Algumas destas iniciativas, hoje

não são fáceis de concretizar, para além de algumas delas não terem adesão por parte da população.

Acrescentou ainda que não concorda com o que foi dito pelo Deputado Municipal Roberto Oliveira, dado que este ano a autarquia elaborou um dos melhores programas comemorativos de sempre. O facto de algumas empresas do concelho optarem por trabalhar no dia do Feriado Municipal para usufruírem do Feriado Municipal de Ponta Delgada é uma opção das mesmas, e não será por serem promovidas mais atividades que estas vão deixar de o fazer.

O programa comemorativo não se restringe apenas a um dia, temos um programa com a duração de um mês e seis dias. Não concorda com a posição manifestada pelo Deputado Municipal Roberto Oliveira e subscreve tudo o que foi dito pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, pois Autarquia Lagoense deu uma lição de democracia.

Referiu ainda, e não com o objetivo de desvalorizar o concelho de Ponta Delgada, que a respetiva Câmara Municipal não tem conseguido elaborar um programa comemorativo como os que o nosso concelho tem executado nos últimos anos. Inclusive o concelho de Angra do Heroísmo que é a cidade património também não possui um programa idêntico ao nosso.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira referiu que realmente não reside no concelho da Lagoa, mas provavelmente o Senhor Presidente da Câmara o encontrará mais vezes no concelho, do que quem propriamente reside na Lagoa. Concorda com tudo o que foi dito pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, mas continua a achar que a comemoração do Feriado Municipal não foi abrangente às outras freguesias.

Pesquisou no site oficial da Câmara Municipal e apenas encontrou o programa comemorativo do aniversário da elevação da Lagoa a cidade, pelo que, continua a entender que não foi abrangente, prova disso foi o facto de, na cerimónia do dia 11 de abril, haver mais pessoas de Ponta Delgada do que da Lagoa.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que os serviços camarários procedem ao envio de cerca de um milhar de convites, por email, para todas as cerimónias promovidas pela autarquia.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira referiu que, o facto das pessoas não comparecerem aos eventos, provavelmente deve-se a alguma motivação para não o fazerem.

De seguida o Senhor Presidente da Câmara procedeu à entrega formal do programa comemorativo ao Deputado Municipal Roberto Oliveira, que referiu que este era importante, mas na realidade não era esse que pretendia.

De seguida, usou da palavra o Deputado Municipal André Almeida que acrescentou que percebe, de certa forma, a intervenção do Deputado Municipal Roberto Oliveira, no entanto o Feriado Municipal de Ponta Delgada coincide com as Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, o Feriado Municipal de Vila Franca do Campo coincide com as Festas de São João e o Feriado Municipal de Angra do Heroísmo coincide com as festas das São Joaninhas. Nesse sentido, talvez fosse mais conveniente alterar a data do Feriado Municipal do nosso concelho para uma data que coincida com algum evento social mais relevante.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira esclareceu que não era essa a sua ideia.

O Deputado Municipal André Almeida acrescentou ainda que, provavelmente o dia 11 de abril é uma data em que não há muita disponibilidade para participar nos eventos promovidos pela autarquia, uma vez que muitos habitantes lagoenses exercem a sua atividade profissional noutros concelhos, sendo assim difícil comparecer nos eventos.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que, apesar desse facto, também terá de haver uma ligação afetiva à Lagoa. Qualquer lagoense que sinte e goste da Lagoa elegerá o dia 11 de abril como o seu Feriado Municipal, fazendo questão de o comemorar. A data conta a história do concelho e não lhe parece por bem alterar 500 anos de História.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado pediu a palavra e referiu que percebeu o ponto de vista do Deputado Municipal Roberto Oliveira. No entanto, julga que a questão não estará devidamente centrada, pois comemorar o aniversário da elevação da vila da Lagoa a cidade não é “pecado”, “pecado” foi sim esquecer 490 anos de carga histórica. Entende que a atitude de um povo que esquece a sua carga histórica e os seus antepassados não é correta. É saudável lembrar o passado e seria mais correto que o referido programa comemorativo referisse o 1.º aniversário da elevação da vila a cidade e 491.º aniversário da elevação da Lagoa a vila. Com essa orientação de comemorar apenas a elevação da Lagoa a cidade, daqui a oito anos quando perfizer quinhentos anos da elevação da Lagoa a vila, ninguém falará da mesma. Na sua opinião é uma data memorável que não deve passar ao esquecimento e o Deputado Municipal Roberto Oliveira fez uma belíssima reflexão e acha que todos os presentes na sessão deveriam interiorizar esse pensamento, pelo que felicitou a intervenção.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

Para conhecimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal informou sobre a Atividade Camarária, de acordo com os documentos que foram disponibilizados a todos os deputados municipais.

A este respeito, o Deputado Municipal Roberto Oliveira observou o seguinte:

- Não percebe porque vem noticiado que o NELAG promoveu o sorteio do Dia dos Namorados, uma vez que a Câmara Municipal nada tem a ver com a referida associação. Julga que estará enunciado por engano.
- Está enunciado que o Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores esteve em Cabo Verde. Apesar do Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores ser o Presidente da Câmara Municipal da Lagoa, julga que um assunto nada tem a ver com o outro, pelo que entende que não deveria constar da referida informação. Entende essa atitude como alguma “promiscuidade” e propaganda política.
- Também consta a notícia de que o Presidente da Câmara Municipal vai avançar com o projeto do Mercado Municipal. Não está em causa a importância ou não do mesmo, o que está em causa é o facto de não se recordar do projeto do Mercado Municipal constar do Plano de Atividades e Orçamento que foi aprovado para o corrente ano, sendo apenas um ideal do Presidente da Câmara para o ano de 2013/2014, quando não sabe se nessa data ainda será Presidente. Numa informação a esse órgão julga que é um abuso e um desrespeito pelo mesmo, porque trazer à Assembleia Municipal um assunto que é pura propaganda eleitoral, não é correto e o Senhor Presidente da Câmara Municipal não agiu bem em incluir esse ponto na referida informação.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que, em relação ao Mercado Municipal, não considera que haja nenhum abuso e desrespeito por esse órgão. Tal como a Assembleia Municipal foi eleita, a Câmara Municipal também foi eleita para governar até ao último dia. Independentemente de estar ou não no plano de atividades, o órgão executivo não está proibido e não cometeu qualquer ilegalidade sobre esta matéria, pelo que não pode ser entendido como campanha eleitoral. Acrescentou que, obviamente, se esta decisão gerasse despesa teria que estar refletida no orçamento e plano de atividades. O que está em causa é apenas a elaboração de um estudo prévio que o Gabinete Técnico da autarquia está a desenvolver internamente.

Depois, terá o seu percurso normal, onde haverão várias decisões internas do executivo camarário, serão ouvidas as associações empresariais, para finalmente ser presente à Assembleia Municipal. Realçou ainda que, pelo facto de este ano haver eleições autárquicas a atividade camarária não pára.

Vai haver um novo quadro de apoio e se estiver à espera que o novo executivo elabore os projetos, poderá faltar tempo para quem for executar o próximo quadro comunitário. Com as dificuldades financeiras que existem nesse momento, para se conseguir a comparticipação de 15%, é importante ter o “trabalho de casa” feito, independentemente de quem possa vir a vencer as próximas eleições autárquicas.

Para terminar referiu que não existe qualquer abuso por parte do órgão executivo, trata-se apenas de informar o órgão deliberativo de uma decisão que foi tomada pelo Presidente do órgão executivo.

PONTO N.º 2 – VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE 2012:

Foram presente à Assembleia Municipal pela Câmara Municipal os Documentos de Prestação de Contas de 2012, dos quais consta que a receita arrecadada durante o ano foi de € 11.266.520,67 (onze milhões duzentos e sessenta e seis mil quinhentos e vinte euros e sessenta e sete cêntimos) e de € 424.931,14 (quatrocentos e vinte e quatro mil novecentos e trinta e um euros e catorze cêntimos) esta referente a Operações de Tesouraria, que com o saldo do ano anterior no montante de € 357.736,93 (trezentos e cinquenta e sete mil setecentos e trinta e seis euros e noventa e três cêntimos), incluindo Operações de Tesouraria, perfaz a totalidade de € 12.049.188,74 (doze milhões quarenta e nove mil cento e oitenta e oito euros e setenta e quatro cêntimos).

A despesa efetuada durante o mesmo período foi no montante de € 11.402.132,10 (onze milhões quatrocentos e dois mil cento e trinta e dois euros e dez cêntimos) e de Operações de Tesouraria de € 446.408,47 (quatrocentos e quarenta e seis mil quatrocentos e oito euros e quarenta e sete cêntimos), do que resulta um saldo positivo no valor de € 200.648,17 (duzentos mil seiscentos e quarenta e oito euros e dezassete cêntimos), também inclui Operações de Tesouraria.

Os documentos de prestação de contas, encontrando-se integralmente elaborados, conforme dispõe a Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção de 18 de agosto do Tribunal de Contas.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira referiu que esta é a última aprovação de contas que esta Assembleia Municipal irá efetuar. Após uma análise aos documentos apresentados, constatou que foi o exercício de um ano, que até teve uma execução razoável, no entanto

aprovar essas contas é comprometer a vida económica do Município da Lagoa. Em sua opinião, a situação financeira do nosso Município é extremamente grave. Sabe que a situação atual do Município se deve a obras que foram executadas pela Câmara Municipal e aprovadas por esta Assembleia Municipal, mas, no entanto não foram aprovadas pelos membros desta Assembleia Municipal. Informou que irá votar contra esta prestação de contas porque não quer ficar ligado à maior dívida de todos os tempos da Lagoa. Possivelmente muitos de nós não estarão cá para o próximo ano e, votando a favor da mesma é dar apoio aos vinte e oito milhões de euros que a Câmara Municipal deve neste momento, que depois de consolidada chegará aos trinta e seis ou quarenta milhões de euros de dívida. Em sua opinião estes são valores com os quais não quer sentir-se responsável porque não votou os documentos que deram origem a essa execução.

Uma dívida de vinte e cinco anos é algo que lhe causa algum receio. O Senhor Presidente da Câmara Municipal é uma pessoa por quem tem alguma estima, mas hoje, e na qualidade de membro desta Assembleia Municipal, tem que referir que o seu mandato em termos económicos é um desastre.

Reconhece que o Senhor Presidente da Câmara ficará recordado para a história como o homem que elevou a Lagoa a cidade, mas também tem a impressão que será recordado por um mau motivo, sair do seu mandato com uma dívida consolidada de trinta e seis ou quarenta milhões de euros que comprometerão o futuro do município nos próximos trinta anos. Existem situações que têm de ser previstas e nesse caso tem que reconhecer que o Senhor Presidente da Câmara falhou. O seu mandato termina este ano e já todos sabem que o Eng.º João Ponte se vai recandidatar e quais são os seus objetivos para o próximo mandato, contudo não foi falada a intenção de reduzir a dívida.

Por todas as razões enunciadas informou que irá votar contra os documentos da prestação de contas e apelou à Assembleia Municipal que também vote contra, não pelo exercício em si, mas pela situação a que o município fica sujeito, porque nos próximos dez anos a Câmara Municipal tem que disponibilizar a verba de seis mil euros/dia para pagar a dívida. É um assunto que lhe causa grande apreensão e por todas as razões apontadas pediu à Assembleia Municipal que votasse contra, como forma de protesto à situação económica do concelho.

A Senhora Presidente da Assembleia informou que a situação económica do Município da Lagoa não pode ser dissociada de uma envolvente nacional. Isolar a gestão financeira do concelho “per si”, sem procurar as causas que estão próximas, não lhe parece de todo correto.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira referiu que pelas palavras da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, depreende que a mesma acha que uma dívida de quarenta milhões de euros nos próximos trinta anos não terá qualquer problema, tendo a Senhora Presidente da

Asssembleia esclarecido que não foi isso que disse, o que pretendeu transmitir foi que as justificações para o que está em causa não podem ser imputadas somente ao executivo camarário, mas a toda uma envolvente financeira.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira comentou que, neste caso, então não poderia concordar com a opinião manifestada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que já era previsível que o Deputado Municipal Roberto Oliveira fizesse uma intervenção nesse sentido, pelo que uniu-se da intervenção que proferiu aquando da aprovação de contas do ano anterior.

Prosseguiu afirmando que o Deputado Municipal Roberto Oliveira lançou uns números e fez umas somas que um dia mais tarde há-de explicar como terá chegado a essa conclusão.

Referiu que, de facto, vai ficar na história, porque quando terminar o presente mandato, será com uma dívida maior do que aquela que a Câmara Municipal da Lagoa possuía quando entrou para o executivo camarário, contudo não devemos esquecer que o município está mais desenvolvido do que há oito anos atrás. A principal causa para a situação financeira atual do município, prende-se sobretudo com o facto de se ter perdido muita receita própria, que era suficiente para pagar o serviço da nova dívida que o município contraiu. Como já referiu por inúmeras vezes, enquanto permanecer à frente do executivo camarário tudo fará para cumprir com os compromissos assumidos e só daqui a quinze ou vinte anos é que se saberá se esses investimentos beneficiaram ou não o desenvolvimento do nosso concelho.

De seguida releu alguns excertos, com as devidas adaptações daquilo que disse aquando da aprovação da última prestação de contas, para memória futura e defesa do executivo:

"Com mais ou menos intensidade os diferentes executivos camarários sempre recorreram ao endividamento de forma a assegurar os necessários recursos financeiros para promover investimentos municipais que foram decisivos no aumento substancial da qualidade de vida dos munícipes e no grande desenvolvimento e crescimento que, nas últimas duas décadas, mudaram a face do nosso concelho.

Por outro lado, se não tivéssemos investido, e nessa medida com recurso ao endividamento, também não teriam sido realizadas diversas obras estruturantes e em áreas para as quais a autarquia tem competências, como, no ambiente, na área social, na cultura, na educação, no desporto e nos setores económicos. Neste momento ainda estamos a assumir encargos de empréstimos com habitações sociais, que entretanto já estão a necessitar de obras de recuperação.

É importante compreender que o recurso ao endividamento, permitiu, ao longo da última década, que o Município apresentasse uma estrutura de receitas, principalmente destinada ao

financiamento de outras atividades municipais como por exemplo, os apoios às instituições e associações que prestam serviços de interesse público no concelho.

Por exemplo, refira-se que nos últimos 8 anos, o município transferiu cerca de 7,3 milhões de euros, o que representa cerca de 91% do valor total da dívida de médio e longo prazo do município e de 30 % da dívida de médio e longo prazo consolidada. Acresce ainda, que nos últimos 2 mandatos o executivo municipal recorreu ao endividamento de médio e longo prazo para a concretização de outros empreendimentos, considerados na altura estruturantes e importantes para o desenvolvimento do concelho, como foram o Tecnoparque, a Pousada da Juventude e a Requalificação da Baixa d'Areia.

Difícil é imaginar como seria o nosso concelho, hoje, sem estes investimentos realizados nas últimas duas décadas.

Se não tivéssemos recorrido ao endividamento no passado, não seria possível, atualmente, ou num futuro próximo, realizar estes ou outros investimentos, com o atual quadro de austeridade, de perda de receitas próprias e de ataques constantes à autonomia do poder local, em claro prejuízo no desenvolvimento do concelho.

Se a Câmara Municipal não tivesse construído o Tecnoparque, a Pousada da Juventude, a requalificação da Baixa D'Areia ou o saneamento básico de Água de Pau os mesmos investimentos nunca mais seriam executados. Há que avaliar o que se perderia nos próximos anos se a Câmara Municipal não tivesse executado as referidas obras e se esses prejuízos seriam ou não superiores aos custos que obviamente serão assumidos.

Acresce que a realidade financeira atual do Município não afeta nem impede investimentos futuros. A taxa atual de esforço do serviço da dívida irá permitir que, no período 2014-2020, na vigência do próximo quadro comunitário de apoio, o Município tenha capacidade integral de libertação de verbas próprias para poder realizar na Lagoa investimentos no montante de 15 milhões de euros, utilizando assim todos os fundos comunitários e respeitando, de igual modo, o princípio da equidade intergeracional. É por isso falso que o custo com serviço da dívida colocará a Lagoa num período de estagnação de investimentos.

Não me parece que seja correto falar em equidade intergeracional, sem pelo menos fazer uma referência aos prejuízos que seriam assumidos pelas gerações futuras pela não concretização destes empreendimentos no concelho. Ou seja, é de esperar que os ganhos desta geração e das futuras gerações, em resultado destes investimentos, que se vão repercutir para além do período de amortização das dívidas, sejam muito superiores aos encargos do serviço da dívida. No limite, se não tivéssemos investido, correríamos o risco do concelho estagnar.

Em 2013, a autarquia terá 86,4% do seu orçamento total disponível, para fazer face aos seus compromissos e a novos investimentos, ficando 13,6% do seu orçamento afeto a encargos financeiros com empréstimos de médio e longo prazo, sendo a tendência desta percentagem diminuir no futuro.”

Referiu ainda que em relação aos receios do Deputado Municipal Roberto Oliveira existem questões que são necessárias ter em consideração. Por um lado, poder-se-á recorrer, nos próximos anos, à alienação do património e, no caso do Tecnoparque, existe um conjunto de lotes infraestruturados que poderão gerar receitas extraordinárias. A concretização do Tecnoparque pelo município já permitiu, por si só e até ao momento, um investimento por parte do Governo Regional de 4,4 milhões de euros, cerca de 10 milhões de euros no edifício que está a ser construído, o "Nonagon", para além de 1,6 milhões de euros no Expolab. Até este momento a concretização do Tecnoparque já permitiu um investimento igual àquele que o Município efetuou.

Outra questão igualmente pertinente foi que a concretização do Tecnoparque teve lugar num contexto económico e financeiro completamente diferentes do que se verifica atualmente, nada fazendo prever essa situação, numa altura em que as receitas cresciam de uma forma sustentada, sendo que, nos últimos 5 anos a Autarquia perdeu cerca de quatro milhões de euros só em taxas e impostos provenientes da atividade da construção civil, cujo valor seria suficiente para pagar o serviço da dívida.

Em relação às contas do Município gostaria de referir que, o Relatório e Contas do Município de Lagoa referente ao ano de 2012, demonstra de forma objetiva e transparente o percurso feito durante o ano transato e a situação económico-financeira em que nos encontramos.

O ano de 2012 foi novamente caracterizado por uma forte recessão com impacto direto nas receitas da Autarquia, pese embora não se tenham registado cortes nas transferências do orçamento de estado. A receita arrecadada ao nível dos impostos (provenientes essencialmente da atividade da construção civil) voltou a registar uma quebra. Nos últimos cinco anos o município perdeu 4M€ apenas em impostos e taxas.

As nossas receitas provenientes do Orçamento de Estado estão ao nível das receitas em 2004, quando sabemos que não temos, nem poderíamos ter a mesma estrutura de custos.

Todo este quadro obrigou o município a cortar na despesa, o que foi feito mais uma vez com sucesso ao longo do ano transato, sem prejuízo de mantermos obras e ações essenciais para o bem estar dos lagoenses e para continuarmos a garantir a modernização e o desenvolvimento do concelho.

Privilegiamos a promoção da empregabilidade local, através dos programas PROSA e CTT's, afetando mais de noventa pessoas.

Um dos grandes objetivos para 2012, que foi atingido com sucesso, foi a redução dos prazos de pagamento das dívidas a terceiros, onde se incluem os fornecedores.

Apesar dos cortes na receita, foi possível reduzir a dívida a terceiros em 14,6% e a de Médio e Longo Prazo em 8,7%.

No ano passado reduzimos um valor semelhante de 7,3%, ou seja, nos últimos dois anos reduziu-se em 16% a dívida de médio e longo prazo do Município.

Reduzimos a despesa em relação a 2011 com pessoal, horas extraordinárias, ajudas de custo, aquisição de bens e serviços, comunicações, ferramentas e utensílios, seguros, etc, sendo que isto só foi possível com a colaboração e determinação dos funcionários municipais, facto que registo e agradeço, pois sempre souberam interpretar e adaptar-se às orientações do executivo.

Os resultados estão à vista e isto não é o resultado de “um homem só”, mas sim de mais de duas dezenas de funcionários municipais que, todos os dias, dão o melhor que sabem e que podem.

Conseguimos em 2012 a melhor taxa de execução dos últimos doze anos, com uma taxa de 79%, que é excelente para a situação complexa que as autarquias atravessam e para as condições em que os orçamentos são efetuados. Este valor foi conseguido não só por maior rigor na elaboração do orçamento, mas sobretudo pela redução da despesa corrente em cerca de 6%.

O valor do nosso imobilizado líquido é de 54,2M€ e verificou-se um crescimento de 55,5% no resultado líquido do exercício que quase quadruplicou. O valor de 54,2 M€ corresponde, no fundo, ao património da autarquia que é um valor bastante superior ao valor da nossa dívida.

Temos a consciência tranquila de que temos feito o nosso melhor, face ao quadro de dificuldades que o poder local enfrenta, sendo que a grande parte destas dificuldades não são consequência da gestão dos autarcas, mas da falta de sensibilidade e de atenção dos últimos Governos da República para com o poder local.

Por fim, saliento de forma positiva e responsável, o voto de abstenção dos Senhores Vereadores do PSD na reunião do executivo, que espero que agora seja acompanhado pelos Senhores Deputados Municipais do PSD. Já percebi que o Deputado Municipal Roberto Oliveira não irá votar, mas também não será de estranhar, pois o seu líder regional nunca permitiria que votasse um documento subscrito por mim.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira, em resposta ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que o seu líder regional nunca se colocou em assuntos da competência da Câmara Municipal da Lagoa, inclusivamente, o mesmo prejudicou o concelho, por ter sido o primeiro a falar da sua posição em relação à redução de freguesias, medida da qual era defensor. Em sua opinião, uma grande “gafe” desta gestão autárquica foi o facto da Atalhada não ter sido elevada a freguesia.

Quando o Senhor Presidente da Câmara referiu que era um Deputado Municipal previsível, não concorda, pois o assunto em causa é que era previsível. Em relação à verba de seis mil euros/dia para pagar a dívida, esse cálculo foi feito com base no relatório da Auditoria ao Município da Lagoa, elaborado pelo Tribunal de Contas.

O Senhor Presidente da Câmara informou que, como já teve oportunidade de o dizer, essas contas estão mal elaboradas, tendo o Senhor Deputado Roberto Oliveira referido que neste momento são as únicas que existem e que nunca foram contraditas. Esses valores são os piores rácios do país e são valores que não abonam em nada os autarcas da Lagoa.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que estão em causa conceitos diferentes, pois uma situação é a dívida direta e outra situação são os encargos futuros.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira reconheceu que a dívida atual não foi toda contraída pelo Eng.º João Ponte, porque parte já tinha sido contraída pelo seu antecessor, mas longe do valor atual.

Relativamente às Portas da Lagoa, questionou o que a freguesia da Ribeira Chã ou o Lugar dos Remédios vão usufruir com a construção do Tecnoparque. Em sua opinião não foi um desenvolvimento harmónico como o Senhor Presidente da Câmara Municipal quer fazer crer. Foi um desenvolvimento concentrado porque o investimento de 15.850 M€ e os 2.500M€ foram executados no “coração” da cidade e são para todo o concelho pagar.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que estes investimentos tinham de ser executados naqueles locais e esse facto não prejudicou as restantes freguesias, porque se continuou a promover o que era considerado importante e necessário para o desenvolvimento das mesmas. Referiu que até poderá aceitar que foi uma má opção a execução dos investimentos em causa, mas o importante é perceber se os ganhos que iremos ter no futuro com os mesmos, que certamente vão ser gerados para além do período de amortização dessas dívidas (cerca de vinte e sete anos), se vão ser superiores ou não ao próprio serviço da dívida. O importante é perceber se o Município vai ter capacidade ou não de pagá-los no futuro. A alternativa era não possuir essa dívida, mas também se não a contraíssemos não teríamos esses investimentos. Não acredita que sejam investimentos ruinosos e daqui a quinze anos, então hão-de de discutir essa questão.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal determinou que se passasse à votação, tendo os documentos de Prestação de Contas, respeitante ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2012 sido votados, por maioria, com as abstenções dos Deputados Municipais Vasco Garcia, Leonel da Silveira; Francisco Vieira e Cláudia Galego e com o voto contra do Deputado Municipal Roberto Oliveira, dos vinte e dois membros presentes, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Verificou-se que os documentos em apreciação acusavam na receita de € 11.266.520,67 (onze milhões duzentos e sessenta e seis mil quinhentos e vinte euros e sessenta e sete cêntimos) e de despesa € 11.402.132,10 (onze milhões quatrocentos e dois mil cento e trinta e dois euros e dez cêntimos), acusando um saldo de € 61.342,08 (sessenta e um mil trezentos e quarenta e dois euros e oito cêntimos). Em Operações de Tesouraria registou-se de entradas de fundos o valor de € 424.931,14 (quatrocentos e vinte e quatro mil novecentos e trinta e um euros e catorze cêntimos) e com o saldo de € 160.783,42 (cento e sessenta mil setecentos e oitenta e três euros e quarenta e dois cêntimos) perfaz a quantia de € 585.714,56 (quinhentos e oitenta e cinco mil setecentos e catorze euros e cinquenta e seis cêntimos), de saídas registou-se um montante de € 446.408,47 (quatrocentos e quarenta e seis mil quatrocentos e oito euros e quarenta e sete cêntimos), apresentando um saldo de € 139.306,09 (cento e trinta e nove mil trezentos e seis euros e nove cêntimos) e acusando a Conta de Documentos um saldo de € 69.920,88 (sessenta e nove mil novecentos e vinte euros e oitenta e oito cêntimos).

Foi também presente o Relatório de Atividades e Gestão do ano findo, que depois de devidamente apreciado, foi votado por maioria, com as abstenções dos Deputados Municipais Vasco Garcia, Leonel da Silveira; Francisco Vieira e Cláudia Galego e com o voto contra do Deputado Municipal Roberto Oliveira, dos vinte e dois membros presentes.

Na sequência do Relatório de Atividades e Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2012, foi pela Câmara apresentada a seguinte proposta:

Nos termos do ponto 2.7.3.3, do Decreto - Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 "Resultados Transitados", o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

Reforço do Património;

Constituição ou Reforço de Reservas

Refere, ainda, o ponto 2.7.3.5 que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 "Reservas Legais", no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, para cumprimento dessa norma legal, a Câmara Municipal de Lagoa, propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 1.356.034,09 (um milhão trezentos e cinquenta e seis mil trinta e quatro euros e nove cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais: € 67.801,70

Reservas Livres: € 1.237.322,00

Reforço do Património: € 50.910,39.

A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com as abstenções dos Deputados Municipais Vasco Garcia, Leonel da Silveira; Francisco Vieira e Cláudia Galego e com o voto contra do Deputado Municipal Roberto Oliveira, dos vinte e dois membros presentes, a proposta de aplicação de Resultados Líquidos do Exercício de 2012, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3.1 do Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Os documentos acima mencionados foram assinados e rubricados em todas as folhas pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de evitar a sua transcrição em ata, conforme determina o artigo 5º do Decreto - Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, na sua atual redação, dada pelo Decreto - Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

PONTO N.º 3 – TOMAR CONHECIMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2012 – EML – EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DE LAGOA, EM:

Para conhecimento da Assembleia Municipal, foram presentes os seguintes documentos apresentados pela EML - Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, E.M., referentes ao Exercício de 2012:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados por natureza;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Mapa de alterações de Capital Próprio;
- Anexo às Demonstrações Financeiras;
- Relatório do Conselho de Administração;
- Prestação de Contas das Portas da Lagoa S.A.;
- Balancetes;
- Certificação Legal das Contas.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que, atendendo que provavelmente será a última vez que se vai falar da Empresa Municipal da Lagoa, dado que já foi deliberada a sua dissolução, gostaria de deixar registado, para memória futura, que em boa hora o Município criou e delegou competências na mesma.

Não sabe como se teria feito nos últimos anos a gestão de equipamentos sociais afetos hoje à EML, como as zonas balneares, o Aquafit, os Pólos de Informática entre outros, com as limitações mais atuais na contratação de pessoal para atividades temporárias.

Neste momento os municípios estão impedidos de contratar pessoal, pois as prestações de serviço só podem ter lugar em casos excecionais. Por esta razão, em 2014, vai ser um grande desafio a contratação de pessoal para a gestão do complexo de Piscinas.

Considero que a EML tem prestado um serviço muito relevante, num contexto económico-social muito difícil, muito por força da competência do conselho de administração e do espírito de dedicação dos seus funcionários.

Ao contrário de muitas empresas municipais que existem por este país fora, a EML não é uma empresa virtual, nem administrativa e cumpre um objetivo central, que se prende com a prestação de serviços públicos essenciais à população.

Por outro lado, a EML não está totalmente dependente dos apoios prestados pela Câmara Municipal de Lagoa e, ao longo dos anos da sua existência, esta reduziu a dependência das transferências do município.

Só assim se explica que entre 2007 e 2012 as receitas próprias da EML tenham crescido 56,5%, ou seja 9,4% ao ano (passámos de 200 mil euros para 313 mil euros).

Gostaria de realçar que em 2012 as receitas cresceram 12% em relação a 2011 (passámos de 279 mil euros para 313 mil euros de receitas próprias), apesar da diminuição da receita arrecadada em virtude das rendas sociais e da utilização do complexo de piscinas, muito influenciada por fenómenos que não controlamos, nomeadamente os rendimentos dos inquilinos e as condições atmosféricas no verão.

Em relação ao modelo de financiamento é o modelo de sempre dos municípios, orçamento, despesa corrente assente em transferências e investimentos com base em capital alheio a ser pago em anos futuros.

O importante é assegurar que o município tenha condições de cumprir com os seus compromissos futuros, visto que, de uma forma ou de outra, estes investimentos que promovemos para a melhoria da qualidade de vida dos lagoenses e que ao mesmo tempo criaram condições para que a Lagoa continue a crescer e a desenvolver-se, teriam que ser pagos pelos lagoenses, dentro de um princípio de responsabilidade intergeracional, ou seja, quem vai no futuro usufruir desses equipamentos, terá que, através dos seus impostos, contribuir para a amortização do referido bem.

PONTO N.º 4 – TOMAR CONHECIMENTO DO RELATÓRIO E CONTAS DE 2012 – PORTAS DA LAGOA, S.A.:

Para conhecimento da Assembleia Municipal, foram apresentados o Relatório e Contas de 2012 da Sociedade Anónima, Portas da Lagoa – Sociedade de Desenvolvimento de Lagoa, S.A., acompanhado dos respetivos anexos e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o Relatório e Contas das Portas da Lagoa espelham de forma clara e objetiva a situação económica e financeira da empresa.

Conforme já foi aprovado nesta Assembleia Municipal está a decorrer o processo administrativo com vista à sua dissolução.

Foi constituída com o objetivo de desenvolver o Tecnoparque e registou com satisfação o bom andamento dos trabalhos de construção do primeiro edifício do Nonagon – Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel.

Acrescentou que estão a decorrer contactos e negociações com vista à instalação de dois importantes e estratégicos equipamentos de serviço público que serão de iniciativa privada. A concretizarem-se estes projetos serão atingidos os objetivos que estiveram subjacentes à implementação do Tecnoparque.

PONTO N.º 5 – TOMAR CONHECIMENTO DOS DOCUMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS, NOS TERMOS DA PORTARIA N.º 474/2010, DE 1 DE JULHO E LEI DAS FINANÇAS LOCAIS:

Para conhecimento da Assembleia Municipal, foi presente o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidados, nos termos da alínea e) do n.º 3 do artigo 48.º da Lei das Finanças Locais e da Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, elaborado pela Sociedade Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que estes documentos resultam da consolidação da soma dos passivos e ativos do Município, da Empresa Municipal da Lagoa e das Portas da Lagoa SA. e refletem a situação económica, financeira e patrimonial da Câmara Municipal.

PONTO N.º 6 – VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2013:

Pela Câmara Municipal foi presente a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o que preconiza o Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, conforme proposta cuja teor abaixo se transcreve:

“Torna-se necessário proceder a uma Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o que preconiza no Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua atual redação, de forma a corrigir os valores do orçamento inicial, atendendo à cessação do contrato ARAAL, para a aquisição de 6 (seis) habitações, em situação de risco na Rua de S. José e na Rua da Igreja, Freguesia de Ribeira Chã, no valor de 555.600,00 € (quinhentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos euros) estabelecido entre o Governo Regional dos Açores e esta Autarquia, observando ao disposto na sua cláusula 8.ª, que refere que o contrato terá início no dia imediato ao da sua publicação e termina a 31 de dezembro de 2012”.

A Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, apresenta uma diminuição às importâncias do Orçamento inicial, quer na receita como na despesa, no montante de 555.600,00 € (quinhentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos euros).

O Orçamento atualmente em vigor, no valor de 13.600.000,00 € (treze milhões e seiscentos mil euros) passa após esta revisão a ter um valor de 13.044.400,00 € (treze milhões quarenta e quatro mil e quatrocentos euros).

Assim, e nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, propõe-se a aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, para o ano de 2013.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que o extrato da ata foi muito extenso face à discussão que houve na respetiva reunião camarária.

Assim gostaria de esclarecer que esta Revisão Orçamental corresponde à anulação de um valor de 555.600,00€, correspondente ao contrato ARAAL celebrado com o Governo Regional, que se destinava à aquisição de moradias na Rua de São José, na freguesia da Ribeira Chã.

Entretanto, e em relação aos factos registados em ata, já se verificaram muitas alterações. Assim sendo, este Município reuniu com a Secretaria Regional da Solidariedade e a Direção Regional da Habitação, tendo ficado confirmadas as dificuldades orçamentais em cumprir com o contrato-programa, entretanto já caducado. O Município apresentou uma proposta de intervenção urbanística que contou com a colaboração dos Senhores Vereadores do PSD, a qual passa pela construção de um loteamento e habitações muito próximo da rua de São José e em local seguro. Com essa solução conseguimos ir ao encontro das pretensões dos moradores que era o de permanecer na freguesia. O Governo Regional aceitou a proposta, apesar de não ter apontado um prazo previamente definido para a sua conclusão. Ficou acordado que a Câmara Municipal, em colaboração com a Junta de Freguesia, irá desenvolver todos os contatos com vista à identificação dos proprietários e negociar os valores para aquisição das parcelas de terreno necessárias ao desenvolvimento do loteamento.

A evolução do processo não diminui a situação de perigosidade da rua de São José e hoje de manhã, aquando do sismo que se fez sentir, a primeira coisa que lhe ocorreu foi precisamente essa situação. Entrou de imediato em contato com a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Chã, tendo-se apercebido que estava tudo bem.

Entretanto a Câmara Municipal disponibilizou-se para assumir os custos com o arrendamento das habitações dos cinco agregados familiares, tendo em vista o realojamento provisório das famílias que vivem nas moradias em risco. As famílias não estão sensíveis para isso, mas está a agir em conformidade, pois se eventualmente suceder alguma derrocada, o que espera nunca vir a suceder, não poderão ser imputadas responsabilidades à Câmara Municipal por não ter criado condições de segurança para as referidas famílias.

Espera que sejam celebrados os acordos para a aquisição dos terrenos para a construção do loteamento. Obviamente que não deverá ser construído este ano, mas o principal é haver a concordância de todos (moradores, Governo Regional e Câmara Municipal).

Sobre o assunto o Deputado Municipal Roberto Oliveira referiu que lamenta a situação da rua de São José e reconhece que a culpa é de todos e esse facto tem que ser assumido. Lamenta que esse processo se tenha arrastado, até por culpa dos moradores que não contribuíram para uma rápida solução do problema. Comentou que, por vezes, sente-se impotente como membro deste órgão deliberativo, por certos assuntos não terem a celeridade que merecem e que as situações exigem.

Foi pela Senhora Presidente da Assembleia posta à votação a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por unanimidade dos vinte e dois membros presentes:

1.º Aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de € 555.600,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos euros), de acordo com o que preconiza a alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro;

2.º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45 362 de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5.º pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto;

3.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 7 – VOTAÇÃO DA 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2013:

Pela Câmara Municipal foi presente a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o que preconiza o Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação.

Criação da Receita:

150101 – Reposição não abatida nos pagamentos – 13,00€ (referente a anulação de encargo de empréstimo de 2012 por parte da instituição bancária)

Saldo da gerência anterior: 61.342,00€:

160101 – Na posse do Serviço – 52.777,00€;

160103 – Na posse do serviço – consignado – 8.565,00€;

Reforços:

Despesas Correntes:

0102 040802 – Outras – 52.777,00€;

0103 03010302 – juros da dívida Pública – Empréstimos de Médio e Longo Prazo – 13,00€;

Despesas de Capital:

0102 070306 – Outros bens de Domínio Público – obra “Construção da ETAR Água de Pau” (importância transferida em 2012 Proconvergência) – 8.565,00€.

Foi pela Senhora Presidente da Assembleia posta à votação a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por maioria, com a abstenção do Deputado Municipal Roberto Oliveira, dos vinte e dois membros presentes:

1.º Aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de € 61.355,00 (sessenta e um mil trezentos e cinquenta e cinco euros) na receita e despesa total, sendo € 52.790,00 (cinquenta e dois mil setecentos e noventa euros) de despesas correntes e € 8.565,00 (oito mil quinhentos e sessenta e cinco euros) de despesa de capital, de acordo com o que preconiza a alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro;

2.º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45 362 de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5.º pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto;

3.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 8 – TOMAR CONHECIMENTO DO PLANO DE PREVENÇÃO DOS RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Sobre o Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Lagoa - Açores, foi dado a conhecer pela Câmara Municipal a informação, acompanhada dos relatórios de execução referentes ao ano de 2012, com os exemplos de riscos e exemplos de medidas, elaborados pelos responsáveis dos respetivos Serviços: Contratação Pública; Concessão de Benefícios Públicos; Urbanismo e Edificação; Recursos Humanos e Gestão Financeira.

PONTO N.º 9 – TOMAR CONHECIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2012:

De acordo com a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que aprovou o Estatuto do Direito de Oposição, foi dado a conhecer o Relatório de Avaliação de 2012.

PONTO N.º 10 – VOTAÇÃO DA PROPOSTA – ORDENAÇÃO HERÁLDICA DO MUNICÍPIO:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de ordenação heráldica do Município, que abaixo se transcreve:

“Em conformidade com o disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro compete às assembleias municipais estabelecer, após parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição do brasão, do selo, e da bandeira e proceder à sua publicação em Diário da República e registo Armorial dos Municípios Portugueses.

Após a elevação a cidade em 11 de abril de 2012, a Câmara Municipal de Lagoa solicitou parecer à Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses para a definição exata dos elementos da heráldica do município, tendo em conta precisamente a passagem da "Vila" a "Cidade", e que segue em anexo.

Proponho que se delibere à aprovação do parecer emitido pela Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses sobre a constituição do brasão, do selo, e da bandeira do Município de Lagoa e que, posteriormente, esta proposta seja enviada à Assembleia Municipal de Lagoa para deliberação.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a proposta em causa resulta de um aspeto de natureza legal, pois houve necessidade de ser submetida à Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, que é a entidade responsável por essa matéria, sendo que a alteração resulta do novo estatuto de cidade, que passa pela introdução de mais um castelo na heráldica e que terá que ser aprovado por esta Assembleia Municipal.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira informou que vai votar de “cruz”, porque não está por dentro desta matéria. É pena, pois estes assuntos deveriam ser munidos de um prévio parecer jurídico, de modo a permitir votar em consciência.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou sucintamente que na categoria de cidade, a heráldica tem que possuir 5 castelos, a vila 4 castelos e a freguesia 3 castelos. Mantém-se a heráldica e só são alterados os números dos castelos. A Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses é que define, conforme documento apresentado. Informou ainda que a mesma entidade demorou quase um ano a emitir o presente parecer.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e dois membros presentes:

1.º Aprovar o parecer emitido pela Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, nos termos da alínea t) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;

2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 11 – VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA-AÇORES – TAXAS DE UTILIZAÇÃO DO CONVENTO DOS FRANCISCANOS:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, propondo a aprovação de novas taxas de utilização do Convento dos Franciscanos, acompanhada da minuta do contrato de cedência, que abaixo se transcreve:

“O convento dos Franciscanos sito à Rua de Santo António, na Freguesia de Santa Cruz, é datado do século XVII, sendo considerado um dos mais importantes monumentos arquitetónicos do concelho lagoense e classificado como imóvel de interesse público, pela resolução n.º 55/2001, de 17 de maio, publicada no Jornal Oficial, I Série, n.º 20.

Neste contexto e considerando o interesse que este desperta junto da comunidade, quer no que se refere à Ermida, quer quanto às suas áreas sociais, designadamente o claustro e sala polivalente, torna-se necessário estabelecer as regras de utilização e respetivos custos de aluguer desses espaços.

Assim sendo, a Ermida do Convento dos Franciscanos deverá ser unicamente utilizada para fins de culto religioso e para eventos de índole cultural ou social e desde que previamente autorizados pelo Presidente da Câmara Municipal e, nos casos em que se justifique, também mediante autorização do pároco da Igreja Matriz de Santa Cruz.

Quanto ao Claustro e Sala Polivalente do Convento dos Franciscanos estes destinar-se-ão exclusivamente para a realização de eventos de índole cultural, recreativa e social e deverão respeitar um conjunto de normas que garantam o respeito, a preservação e a valorização daquele imóvel de grande valor patrimonial, sendo que o não cumprimento destas ou a alteração dos pressupostos da atividade poderão inviabilizar a realização do respetivo evento e condicionar a autorização para eventos futuros.

Assim sendo, deverá ser estabelecido um Contrato de Cedência (em Anexo I) sempre que o claustro do convento ou a sala polivalente forem requeridos para a realização de eventos de natureza recreativa.

Assim sendo, proponho que a Câmara Municipal de Lagoa aprove novas taxas de utilização do Convento dos Franciscanos:

1. Ermida do Convento dos Franciscanos

1.1 Cerimónias Religiosas

Requerentes com residência no concelho de Lagoa 100,00€

Requerentes com residência fora do concelho de Lagoa..... 200,00€

Instituições religiosas isentas

1.2 Cerimónias Culturais e Sociais

Instituições com sede no concelho de Lagoa isentas

Instituições sem sede no concelho 150,00€

2. Claustro do Convento

2.1 Cerimónias de casamento, batizados e aniversários

Requerentes com residência no concelho de Lagoa 120,00€

Requerentes com residência fora do concelho de Lagoa..... 150,00 €

2.2 Outros eventos

Quando implique bilheteira ou comercialização de produtos.....500,00 € *

Quando não implique a arrecadação de qualquer receita150,00 € *

Para eventos no Claustro do Convento dos Franciscanos é facultada a possibilidade de alugar dos seguintes equipamentos:

a) mesa sem toalha 4,00€

b) mesa com toalha 6,00€

c) lanterna 3,00€

d) cadeira 2,00€

e) puff 5,00€

*Estes eventos implicarão a apresentação de um projeto detalhado sobre a atividade a realizar e autorização prévia por parte da Autarquia.

3. Sala Polivalente

Destina-se exclusivamente à realização de conferências e cerimónias com serviço de refeições em sistema de catering

Valor do aluguer da sala até às 24h00750,00 €*

Valor/hora após as 24h00100,00 €

* valor que incluiu o aluguer das mesas, cadeiras, toalhas, disponibilização de sala de atividades infantis, claustro e Ermida do Convento sem mais custos adicionais. "

Anexo à proposta foi presente o Contrato de Cedência.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que o Convento dos Franciscanos adquiriu nesta fase a sua

configuração interna para os próximos tempos. O desejo deste executivo é instalar, num futuro próximo, o Museu do Presépio Açoriano. O que está em causa são taxas para utilização de espaços que o executivo camarário entendeu que devem estar disponíveis para a população e instituições, sendo que, neste último caso, a utilização é gratuita. Em sua opinião, aquele espaço não deve ficar encerrado porque foi alvo de investimento por parte desta autarquia. Aquando da sua inauguração, teve oportunidade de informar que a Câmara Municipal de Lagoa iria disponibilizar, de forma gratuita, o espaço ao Governo Regional. Essa medida poderá eventualmente criar alguma dinâmica no concelho e na economia local. Com a aprovação das referidas taxas, a Câmara Municipal não angariará grandes fundos, mas serão valores mínimos para compensar custos com pessoal e consumíveis.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do Deputado Municipal Roberto Oliveira, dos vinte e dois membros presentes:

- 1.º** Aprovar a proposta de alteração do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;
- 2.º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 12 – VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO (FES) DE LAGOA:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de Regulamento Municipal do Fundo de Emergência Social do Município (FES) de Lagoa, a qual foi publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 28, de 8 de fevereiro de 2013, ao abrigo do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, tendo terminado o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões sobre a referida proposta, sem que dele tivessem resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que o referido Regulamento já reúne todas as condições para ser aprovado por esta Assembleia Municipal, tendo surgido para dar resposta a situações que têm ocorrido com muita frequência nos últimos tempos.

Esclareceu ainda que não será um instrumento para distribuir dinheiro pelas pessoas, mas sim de “fim de linha”, ou seja, de último recurso, que será utilizado somente após estarem esgotadas todas as possibilidades de apoio. Esclareceu também, que não será uma medida de ordem política, conforme foi referido em reunião camarária, onde o assunto foi discutido. Naturalmente tem consciência que vai haver muita pressão por parte das pessoas mais

necessitadas, mas será um instrumento de recurso após verificação das condições sócio-económicas das famílias em causa.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do Deputado Municipal Roberto Oliveira, dos vinte e dois membros presentes:

1.º Aprovar a proposta de Regulamento Municipal do Fundo de Emergência Social do Município (FES) de Lagoa, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;

2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 13 – VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO NA CANADA DAS CANECAS – ATALHADA:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de desafetação de uma parcela de terreno, do domínio público para o domínio privado do Município de Lagoa, sita à Canada das Canecas, lugar da Atalhada, freguesia do Rosário, deste Concelho, que abaixo se transcreve:

“Considerando que:

- A parcela de terreno que se encontra ocupada por zonas verdes na Canada das Canecas, com aproximadamente 148 m², é uma porção de terreno que apresenta, atualmente, a configuração de um triângulo, em resultado do alargamento da via pública na referida Canada e não tem qualquer utilidade pública presente ou futura;

- A gestão daquela parcela de terreno constituiu um encargo financeiro para a Autarquia, nomeadamente na parte da manutenção da via;

Proponho, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1, alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e alínea b) do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, que se delibere:

1- Aprovar a proposta e submeter à apreciação da Assembleia Municipal autorização da desafetação da referida parcela do domínio público municipal para o afetar ao domínio privado do Município, de modo a permitir a sua posterior alienação, da parcela de terreno com a área aproximadamente de 148m², sita à Canada das Canecas, lugar de Atalhada, freguesia do Rosário, Concelho de Lagoa, que ficará a confrontar a Norte com Lina Maria Moniz Melo, a Sul com Estrada Regional n.º 1-1.ª, a Nascente com Manuel Domingues Mendes Barbosa e a Poente com Canada das Canecas, no valor de 12.000,00 € resultante da avaliação efetuada pela Srª Engenheira Andreia Delfim;

2- Proceder à afixação de Edital nos locais do costume.”

A Assembleia Municipal e deliberou, por unanimidade dos vinte e dois membros presentes:

1.º Aprovar a desafetação da parcela de terreno do domínio público para integrar o domínio privado do Município de Lagoa, com a área aproximada de 148m², sita à Canada das Canecas, lugar de Atalhada, freguesia do Rosário, Concelho de Lagoa, que ficará a confrontar a Norte com Lina Maria Moniz Melo, a Sul com Estrada Regional n.º 1-1.ª, a Nascente com Manuel Domingues Mendes Barbosa e a Poente com Canada dos Canecos, nos termos da alínea b) do nº 4 do artigo 53º da Lei nº169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro;

2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 14 – TOMAR CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LAGOA:

Pela Câmara Municipal foi apresentado o relatório de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Lagoa (CPCJ), referente ao ano de 2012.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que, num passado recente, não de todos os membros desta Assembleia Municipal, mas pelo menos daqueles que transitaram do anterior órgão deliberativo para o atual, foram referidas algumas críticas à atuação da anterior Comissão da Proteção de Menores.

Em sua opinião, é justo neste momento reconhecer o excelente trabalho que a Comissão de Menores tem desenvolvido, pese embora existam algumas queixas dos membros eleitos, que nem sempre comparecem às reuniões, pelo que, na próxima eleição deverá haver mais algum cuidado na seleção dos membros, para que haja um maior esforço para estarem presentes nas reuniões. Infelizmente ainda existem muitos casos de “incompetência” dos pais para com os filhos e tem conhecimento de casos assustadores, pois ainda há pouco tempo foi retirada à família uma miúda, com apenas treze anos, por violação por parte do pai. É com pena que constata que no nosso concelho ainda existem situações desta natureza e infelizmente a Comissão de Menores tem que lidar com estes casos. Informou que têm executado um trabalho notável e tem havido uma boa articulação com o Ministério Público. É uma instituição que necessita de todo o apoio e incentivo da Câmara Municipal, porque é um trabalho muito desgastante junto das famílias para melhorar a situação das mesmas. Os resultados obtidos indicam que estão no bom caminho, mas depois existem casos que estragam os resultados.

No fundo, gostaria de deixar um reconhecimento público pelo excelente trabalho que a Comissão de Menores tem desenvolvido e dar um voto de confiança para que o trabalho continue a evoluir na defesa das crianças e jovens do nosso concelho.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira informou que é membro designado pela Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Menores da Lagoa. Com o respeito que essa instituição lhe merece, estava para não se pronunciar sobre esta matéria. Foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara que a Comissão de Menores tem desenvolvido um trabalho meritório, mas o certo é que faz parte da mesma e não vê esse trabalho. Esclareceu que existem duas comissões, a Comissão Alargada da qual faz parte e a Comissão Restrita, sendo que a Comissão Alargada não tem acesso aos assuntos que são tratados pela Comissão Restrita, pelo que, muitas vezes, se questiona sobre qual é o seu papel na referida comissão.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que essa situação se deve ao facto de existirem situações em que há a necessidade de proteger a identidade dos pais e das crianças.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira acrescentou que a Comissão Restrita é composta pelos Assistentes Sociais do concelho, que por vezes falam numa linguagem que ninguém entende. Comentou que não quer retirar o mérito à mesma comissão, mas questionou se algum dos presentes tinha conhecimento do trabalho desenvolvido pela referida Comissão. Inclusivamente já o questionou junto da população e ninguém conhece o seu trabalho. Acrescentou que só não se demitiu ainda, porque estamos em fim de mandato. Com essa intervenção, quis constatar apenas o que se passa consigo enquanto membro da Comissão Alargada. Não quer ofender ninguém, mas não é justo que digam que os elementos faltam às reuniões.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que não está a colocar em causa o que o Deputado Municipal Roberto Oliveira referiu relativamente ao funcionamento da Comissão Alargada. Contudo, informou que não é um trabalho visível, mas os números dos processos e os resultados obtidos demonstram que o trabalho tem sido executado com sucesso e o relatório está disponível para consulta. Não se pode é ter acesso à identidade das famílias envolvidas. De qualquer forma fica o compromisso de que irá averiguar quais são as competências da Comissão Alargada e tentar perceber se está a haver alguma falha por parte da direção da referida comissão.

O Deputado Municipal Norberto Ponte referiu que também faz parte da Comissão Alargada e acha igualmente que a Comissão Restrita não tem muita razão de existir, pois é muito reservada. Fazem parte da mesma, o Comandante da Polícia, os diretores das Escola Secundária da Lagoa e da Escola Básica Integrada da Lagoa, que utilizam uma linguagem que os membros desta Assembleia Municipal têm, por vezes, dificuldades em entender. Terminou,

solicitando que o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclarecesse como funciona a Comissão de Menores da Lagoa, nomeadamente em termos de receita.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a Comissão de Proteção de Menores da Lagoa não tem autonomia financeira, possuindo apenas autonomia administrativa, sendo que todas as despesas são assumidas pela Câmara Municipal. A Câmara Municipal aprovou o Regulamento Interno do Fundo de Maneio destinado especificamente à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa, para evitar o recurso sistemático à autarquia. Deste modo, possuem um fundo de maneio que é utilizado para despesas imediatas do dia a dia, sendo posteriormente reposto.

O Deputado Municipal Norberto Ponte informou que pretendia que os Deputados Municipais fossem mais participativos na referida Comissão.

O Senhor Presidente esclareceu que a experiência que possui é que a atividade da Comissão é muito formatada, ou seja, tem regras muito restritas, daí que possa resultar em alguma dificuldade nas reuniões da Comissão Alargada. De qualquer forma, o que importa realçar são os bons resultados obtidos, uma vez que o número dos processos diminuiu.

PONTO N.º 15 – PARECER – ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EIRSU:

Pela EIRSU – Empresa Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos Vila Franca do Campo, Lagoa e Ribeira Grande, foi presente o ofício n.º 006/EIRSU datado de 18 de fevereiro do corrente ano, remetendo para parecer, na sequência da publicação da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, a alteração aos Estatutos da EIRSU.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que se tratava da segunda vez que os referidos estatutos são presentes à Assembleia Municipal, em virtude da direção da EIRSU se ter apercebido da existência de algumas falhas, daí a necessidade de se proceder à sua correção, bem como, à adaptação em conformidade com a nova legislação.

Aproveitou a oportunidade para informar que a EIRSU é uma empresa intermunicipal composta pelos concelhos de Lagoa, Vila Franca e Ribeira Grande e que foi constituída com o objetivo de proceder ao concurso público, referente à recolha dos resíduos sólidos urbanos nos três concelhos.

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com a abstenção do Deputado Municipal Roberto Oliveira dos vinte e dois membros presentes:

1.º Emitir parecer favorável à alteração dos Estatutos da EIRSU;

2.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 16 – OUTROS:

VOTO DE LOUVOR:

A Senhora Presidente da Assembleia informou que, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, recebeu no passado dia 18 de abril o ofício n.º 127/2013 da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, cujo teor abaixo se transcreve:

“Ao terminar, no próximo dia 30 de abril, as minhas funções como Presidente da Junta de Freguesia de Lagoa – Nossa Senhora do Rosário, quero manifestar o meu apreço pelo trabalho desenvolvido e agradecer a vossa colaboração e contributo para o desenvolvimento da nossa freguesia.”

De seguida propôs a aprovação do seguinte voto de louvor ao Senhor Durval Carlos Simas Faria:

“Durval Carlos Simas Faria renuncia ao seu mandato de Presidente da Junta de Freguesia de N. Sra. do Rosário a partir de amanhã, dia 1 de maio, depois de quase 4 décadas de trabalho e dedicação às causas do Poder Local.

Nesta data, cabe-nos por isso reconhecer que a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, presidida pelo Senhor Durval Faria, preconizou a essência do Poder Local, cooperando como uma parceira ativa da Câmara Municipal, para que se conseguisse atingir o patamar de desenvolvimento e progresso hoje visível.

A este autarca devemos palavras de gratidão e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido desde 1977, inicialmente como vereador e membro da Assembleia Municipal e, nos últimos 20 anos, no executivo da Junta de Freguesia.

Durval Faria destacou-se sempre pela sua simplicidade, humildade e dedicação. Soube granjear o respeito e o apoio dos lagoenses, mesmo fora do seu quadrante partidário, por ter sempre trabalhado de forma isenta, determinada e de forma muito empenhada, em prol dos lagoenses, servindo a sua Freguesia e o seu povo.

O seu sentido de responsabilidade, disponibilidade, lucidez e desprendimento vai deixar uma marca junto de todos os que com ele trabalharam e deverá inspirar aqueles que estão na vida e nas causas públicas.

Considerando o seu importante papel e o devido reconhecimento e gratidão que a ele lhe devemos, propomos a aprovação de um voto de Louvor a Durval Carlos Simas Faria.”

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e dois membros presentes:

1.º Aprovar o Voto de Louvor ao senhor Durval Carlos Simas Faria;

- 2.º** Dar conhecimento do referido Voto de Louvor ao senhor Durval Carlos Simas Faria;
- 3.º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

De seguida usou da palavra o Deputado Municipal Vasco Garcia que comunicou que tem a intenção de proceder a uma assembleia geral extraordinária da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, no próximo mês de junho, com vista à alteração dos seus estatutos, os quais estão profundamente ultrapassados, pois há que acompanhar os progressos tecnológicos e humanos e não ficar apegados às tradições.

Assim referiu que, até à presente data, aquela Associação se tem denominado por Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, mas que irá propor aquando da alteração dos respetivos estatutos que se passe a denominar por Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada e Lagoa. Em sua opinião, a denominação atual não faz sentido, porque os mesmos prestam à Lagoa, com igual dedicação e empenho, os mesmos serviços que prestam a qualquer uma das freguesias do concelho de Ponta Delgada. Face à aprovação dessa nova denominação, naturalmente que as respetivas viaturas passarão a possuir a nova designação. No entanto e, antes de avançar com o envio do ofício à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal da Lagoa, a comunicar oficialmente essa intenção gostaria de perceber qual a sensibilidade desta Assembleia Municipal relativamente a essa matéria.

Acrescentou ainda que tem um profundo respeito pelas Assembleias que, até à presente data, já fez parte e que atualmente, na qualidade de Deputado Municipal, gostaria de terminar o seu percurso da melhor maneira possível. Deste modo, solicitou que os Deputados Municipais dissessem de sua justiça, pois caso não se verifique unanimidade não valerá a pena avançar com essa intenção, realçando que seria muito importante prosseguir com a mesma.

Aproveitou a oportunidade para comentar que, por vezes, é acusado de não ter razão, precisamente por ter razão antes do tempo, mas acha que ter razão antes do tempo é pior, do que não a ter. Quando se tem razão antes do tempo e se tem a opinião das pessoas a nosso favor, presta-se um grande serviço à sociedade.

Em sua opinião, a proposta em causa vai evitar inúmeros problemas no futuro, inclusivamente financeiros, porque a criação de Associações de Bombeiros Voluntários tem um custo bastante elevado. Não vê necessidade de ser criada uma Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários na Lagoa, dada à proximidade entre os dois concelhos.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que entende ser uma iniciativa muito interessante e que dará mais peso institucional à Lagoa, pois atualmente não existem condições financeiras para ser criada uma Associação de Bombeiros no concelho.

O Deputado Municipal Vasco Garcia acrescentou que o facto daquela Associação passar a designar-se Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada e Lagoa não exclui a possibilidade de, quando houver condições, ser criada uma delegação na Lagoa à semelhança do que existe na freguesia dos Ginetes.

O Deputado Municipal André Almeida interveio e referiu que a Câmara Municipal dispõe de infraestruturas físicas para que seja criada uma pequena secção de Bombeiros Voluntários no concelho, dotada de viatura própria. Recordou que em tempos o nosso concelho dispôs de uma ambulância. Reconhece que as freguesias do Rosário, Cabouco e Santa Cruz encontram-se relativamente próximas do concelho de Ponta Delgada, mas já as freguesias de Água de Pau e Ribeira Chã ficam mais distantes. Assim, gostaria que o Deputado Municipal Vasco Garcia desse uma garantia de que, mais tarde, poderá eventualmente ser criada uma secção de Bombeiros Voluntários no concelho.

O Deputado Municipal Vasco Garcia informou que não está em condições de dar garantias nesse sentido, pois os custos para implementar uma delegação na Lagoa rondam cerca de 250.000,00€/ano e comportaria apenas uma ambulância, um pronto-socorro e uma equipa de serviço. Julga que a partir do momento que a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada passe a designar-se por Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada e Lagoa haverá uma maior responsabilidade para ser criada uma secção destacada que poderá não ser propriamente na Lagoa, mas numa zona mais afastada.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que, antes de responder ao desafio apresentado pelo Deputado Municipal Vasco Garcia, gostaria de salientar que obviamente subscrevia, bem como todo o executivo camarário, o voto de louvor aprovado por esta Assembleia Municipal ao senhor Durval Faria. Conhece o senhor Durval Faria há muitos anos e em 1976 tinha apenas nove anos de idade, pelo que, é natural que não tenha acompanhado o seu percurso inicial na política, mas sabe que o mesmo pertenceu ao Partido Socialista numa altura que era difícil no concelho pertencer a esse partido e dar a cara pelo mesmo. Essa atitude só o enobreceu e foi um testemunho de resistência. Relembrou que o mesmo fez um percurso exemplar como político e não conhece ninguém que não goste dele, devido à sua maneira genuína de agir. Foi um Presidente de Junta de Freguesia que nunca entrou em conflitos, sempre foi uma pessoa pacífica e isso não o impediu de ter feito um bom trabalho. O trabalho desenvolvido pelo referido autarca, nos últimos anos, deve por isso ser motivo de orgulho para qualquer autarca.

Aproveitou a oportunidade para comunicar à Assembleia Municipal que, atendendo que no próximo mandato haverá uma renovação total dos Presidentes de Junta de Freguesia, uma vez que nenhum dos atuais se irá recandidatar, é sua intenção promover um jantar convívio no

Convento dos Franciscanos, onde cada Presidente de Junta poderá trazer um determinado número de convidados, de entre familiares, amigos e colaboradores que com ele trabalharam ao longo dos anos de mandato, sendo um momento de confraternização e homenagem. Sabe que não vivemos em tempos de grandes grandezas, mas o trabalho e dedicação que demonstraram pelas freguesias e pelo concelho em geral, merece um gesto de agradecimento e esse convívio é o mínimo que a Câmara Municipal pode fazer.

Em relação ao desafio proposto pelo Deputado Municipal Vasco Garcia referiu que o mesmo teve muita coragem em assumir essa decisão, pois certamente, irá encontrar muitas resistências por parte de algumas pessoas e dos sócios mais antigos. Referiu que em tempos falaram sobre essa intenção, mas sempre julgou que não passaria de uma intenção, pelo que, é com agrado que regista a sua evolução. Entende que nenhum dos Deputados Municipais desta Assembleia Municipal se opõe a essa intenção. A alteração da designação da Associação dos Bombeiros Voluntários não diminuirá a referida associação, nem será um obstáculo ao desenvolvimento do nosso concelho. Aquando do processo de elevação da Lagoa a cidade foi criticado pelo facto do concelho não ter uma Associação de Bombeiros, mas este fator não foi impeditivo para o desenvolvimento da Lagoa, nem nunca ficou ninguém por socorrer pelo facto daquela Associação ficar sedeadada no concelho vizinho. O concelho da Lagoa fica relativamente próximo de Ponta Delgada, sendo que o centro fica a cerca de sete/oito minutos de emergência de Ponta Delgada e dez/doze minutos de Água de Pau. Quem vive nos Mosteiros, em termos de cobertura, terá um rácio muito pior.

Referiu que essa intenção, a ser concretizada, será uma iniciativa muito interessante que poderá repor a verdade. Em relação a existir uma secção da Associação de Bombeiros Voluntários na Lagoa julga que, face à nossa proximidade com o concelho de Ponta Delgada, já não se justifica, dado que existem bons acessos às freguesias de Água de Pau e Ribeira Chã, bem como à própria cidade. De facto existem espaços físicos, mas os mesmos, “per si”, não são suficientes, o problema são os elevados custos inerentes à manutenção e exploração de uma infraestrutura dessa natureza.

O Senhor Vereador Rui Ramos solicitou a palavra e referiu que na sequência dos considerandos do Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores do PSD se associavam igualmente ao voto de louvor aprovado ao Senhor Durval Faria.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira referiu que tudo já havia sido dito, no entanto, gostaria de referir que aprova a intenção que foi manifestada nesta sessão da Assembleia Municipal, pelo Deputado Municipal Vasco Garcia.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta do Deputado Municipal Vasco Garcia, a qual foi aprovada por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes, quanto à designação da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada e Lagoa.

O Deputado Municipal Vasco Garcia referiu que também se associava ao voto de louvor aprovado ao Senhor Durval Faria, assim como, os restantes Deputados Municipais do PSD. Gostaria de manifestar o seu reconhecimento e que de certa forma estava emocionado pela posição assumida por esta Assembleia Municipal pela aprovação da sua pretensão, pois julga que será muito importante para o desenvolvimento dos dois concelhos. Para terminar referiu que só se apercebeu da importância da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários decorridos dois anos após pertencer à sua direção. Atualmente tem por eles um enorme respeito e agradeceu a posição desta Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que após a conclusão dos trabalhos será tirada uma fotografia de grupo, com todos os Deputados Municipais, para posterior oferta ao Senhor Durval Faria, para recordação enquanto membro desta Assembleia Municipal.

PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Não se observou nenhuma intervenção.

Sendo vinte e três horas e vinte minutos, foi dada por encerrada esta sessão pela Presidente da Assembleia Municipal e, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos os Deputados Municipais, Vereadores da Câmara Municipal e ao seu Presidente e em particular à Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco, anfitriã desta reunião.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

A SEGUNDA SECRETÁRIA